



## INGLÊS DE SOUSA: AMAZÔNIA, HISTÓRIA E FICÇÃO INGLÊS DE SOUSA: AMAZON, HISTORY AND FICTION

Rafael Voigt Leandro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, discutimos de que modo entram em tensão dialética a História e a Literatura no conto amazônico *O donativo do capitão Silvestre*, de Inglês de Sousa. Ao analisar a narrativa, assinalamos como o trabalho estético do narrador de *ficção* permite aproximar dois acontecimentos históricos aparentemente inconciliáveis: a Questão Christie e a Cabanagem. Nessa direção, refletimos a respeito das relações colônia-metrópole entre Brasil e Inglaterra e da situação marginal da Amazônia dentro da nação brasileira.

**ABSTRACT:** In this article, we discuss how to enter into dialectical tension History and Literature in the Amazon tale *O donativo do capitão Silvestre*, by Inglês de Sousa. In the analyse of that narrative, we understand how the narrator's aesthetic work of fiction provides an approximate two historic moments: the Christie Question and the Cabanagem. Besides, we reflect on the colony-metropolis relationship between Brazil and England and marginal situation of Amazon within Brazil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inglês de Sousa; Amazônia; Questão Christie; Cabanagem; história e ficção.

**KEYWORDS:** Inglês de Sousa; Amazon; Christie Question, Cabanagem, history and fiction.

Para configurar o campo dialético entre Literatura e História, discordamos inicialmente de que elas se separam na dualidade entre *mimesis* e *diegesis*. Nessa dicotomia, a Literatura se restringe à mimese, enquanto a História significa a narrativa da verdade, pois não se vale do artifício de uma voz ficcional. O historiador Paul Veyne destaca essa distinção, tomando de empréstimo a ideia de Gérard Genette (VEYNE, 2008). Entretanto, sabemos que essa discussão recua no tempo e reflete o pensamento de Sócrates e Platão, bem como o de Aristóteles, sobre a problemática entre trabalho poético e o trabalho do historiador (BRANDÃO, 2007).

Da maneira como se coloca, consideramos bastante dicotômica essa dialética entre mimese e diegese. A Literatura (ou a ficção) fica tão-somente com o papel de reproduzir ilusoriamente, falsamente, a realidade. E a função da História é narrar acertadamente o real, o que resulta numa apresentação mais clara e explicativa dos fatos, ou mais próxima da verdade. Sem dúvida, as fronteiras entre essas áreas permitem contestar esse desmembramento das

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília (UnB). Seu projeto de pesquisa está relacionado à ficção amazônica de Alberto Rangel. E-mail: rafael.letras@gmail.com

raízes da mimese e da diegese. É possível, inclusive, sem apagar as noções antigas, pensarmos na diegese mimética ou na mimese diegética, a depender do enfoque.

Em *O tempo e a narrativa*, Paul Ricoeur aprofunda as discussões inerentes às relações entre História e Literatura. Ricoeur revisita o conceito de *mimesis* aristotélica, destacando que não deve ser entendido como a faculdade poética de produzir uma simples cópia da realidade, mas como imaginação criadora. Chega mesmo a definir três tipos de *mimeses*, os quais podemos resumir, com chance de reduzir a profundidade dos conceitos, do seguinte modo: *mimese I* – pré-compreensão, comum ao poeta e ao leitor, sobre o agir humano e seu mundo; *mimese II* – atividade produtora (ato configurante) do autor com função mediadora entre o mundo prático (*mimese I*) e o mundo do leitor; *mimese III* – intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor ou ouvinte, sendo que este atua ativamente no processo de refiguração da obra. (RICOUER, 1994)

Neste artigo, aproveitando essas balizas teóricas, mas sem nos ocuparmos exaustivamente delas, discutimos os limites do discurso literário quando se propõe a representar acontecimentos relevantes para o entendimento da história de uma nação. Para tanto, realizamos uma leitura do conto *O donativo do capitão Silvestre*, de Inglês de Sousa (2005), em que se aborda o problema diplomático ocorrido entre o Brasil e a Inglaterra, conhecido como Questão Christie (1861-1865), e suas interações com o movimento nativista da Cabanagem (1835-1840).

Pouco comentada e ausente de boa parte dos livros de história do Brasil, a Questão Christie mostra-se relevante para a análise da configuração do Brasil como nação e de suas relações de dependência com outros países, especialmente com a Inglaterra no século XIX. Além do mais, por meio do conto de Inglês de Sousa, podemos refletir a respeito da inserção da Amazônia no cenário nacional, demonstrando de que maneira o flagrante embate diplomático entre Brasil e Inglaterra repercutiu não somente no centro imperial do governo no Rio de Janeiro, mas também em regiões periféricas da nova nação.

Deste ponto, recuperamos a ideia de Walter Benjamin, de que a Literatura é, ao mesmo tempo, profundamente histórica e transhistórica (apud CHIAPPINI, 2000). Sendo assim, pretendemos estudar o discurso literário como uma construção histórica, que produz, interpreta e reinterpreta a história, contribuindo para o entendimento e a apropriação social de fatos que perpassam a formação do Brasil. Desse processo histórico e sociopolítico, realçamos, neste estudo, a participação do povo amazônico. Nessa direção, a ficção é considerada aqui como reconhecimento, ou *anagnórisis*, que leva seu intérprete da ignorância ao saber (BASTOS, 2008).

Em face disso, articulamos as relações entre História e Literatura, de modo a deixar de lado o mito de que a ficção oferece tão-somente um discurso inverídico da realidade. Então, objetivamos levar o leitor de literatura ou o crítico literário a traçar um paralelo entre o discurso literário e o discurso histórico, pois a história contada pela literatura, como se verifica em *O donativo do Capitão Silvestre*, distancia-se da história contada pelo historiador (outro tipo de narrador da realidade), enriquecendo-a com fatos que, à primeira vista, podem parecer discrepantes.

Nessa perspectiva, podemos ver que a Literatura acintosamente questiona e provoca a História, não aceitando a tentativa de representação da realidade como um todo ordenado, estável, inalterável, de interpretação única, pronto e acabado, próprio de modelos estruturados em bases políticas eivadas de autoritarismo. É evidente que a História não se assenta necessariamente nessas bases e seria injusto e exagerado de nossa parte cometer tamanha falácia. Na verdade, o que queremos dizer é que a leitura e a escrita da história pela *ficção* não anseiam revelar propriamente a verdade dos fatos, mas buscam outros meios de encontrá-la. Até mesmo a História, é preciso sempre pôr às claras, apenas representa a realidade objetiva, dita *verdadeira*. Não detém a verdade. O narrador ficcional e o narrador da História estão numa confluência dialética, complementar e não excludente.

Desdobraremos essas ideias ao longo da análise literária (e histórica) do conto *O donativo do capitão Silvestre*. Essa narrativa encontra-se no livro *Contos Amazônicos*, publicado em 1893, uma das últimas obras do escritor paraense Inglês de Sousa.

O conto inicia-se com o narrador, semelhante à figura de um contador de casos, a nos questionar se gostaríamos de conhecer a história do donativo doado pelo capitão Silvestre para *a guerra contra os senhores ingleses*. Esse narrador se diz *testemunha ocular* dessa história, o que reforça a verossimilhança da narrativa. Adiante, circunscreve o lugar em que se deram os fatos: a cidade de Óbidos, no Pará.

Em seguida, relata que a notícia sobre o conflito com o ministro inglês William Dougal Christie chegou àquela localidade do Pará por meio do vapor *Manaus*, em 1862. Começa a se desenhar o problema-chave do enredo. Explica-se em poucas palavras o que desencadeou a Questão Christie. Ao leitor da época, as razões apresentadas seriam facilmente compreendidas, mesmo com aquilo que fica no interdito. Porém, para o leitor de hoje, nesta análise, precisamos dar a ver alguns interditos.

Em 1861, no Rio Grande do Sul, naufragou o navio mercante inglês *Prince of Wales*. A carga da embarcação foi pilhada e os tripulantes morreram vítimas de afogamento. Diante disso, o governo britânico solicitou a devida indenização do governo brasileiro, a qual foi

atendida (GARCIA, 2002). O problema se agravou com a prisão de três oficiais britânicos da fragata *Forte* por policiais do Rio de Janeiro. Além de exigir a punição das autoridades e dos policiais, o ministro plenipotenciário britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, pediu a retratação do governo brasileiro, alegando ofensa à Marinha da Inglaterra e descumprimento da convenção de 1858, estabelecida entre os países para as possíveis ocorrências de pilhagem a navios britânicos.

O narrador do conto afirma que *a atitude arrogante e violenta de Christie indignara o povo* (p. 73), despertando seu patriotismo. *Correra uma faísca elétrica do Sul ao Norte do Império* (p. 74). Com essa metáfora, o narrador afirma que *a corda do sentimento de nacionalidade, adormecida desde as sangrentas lutas da nossa integração política, posteriores à independência, vibrou sonoramente no coração dos paraenses* (p. 74).

O narrador encarrega-se de situar o leitor na celeuma histórica suscitada pela Questão Christie. Sua repercussão nacional não havia deixado de fora a cidade paraense de Óbidos. Na verdade, ao se referir às “sangrentas lutas da nossa integração política”, o narrador expõe a instabilidade política provocada pela opressão dos regimes colonialistas, bem como pelas elites locais, em várias regiões do país. Cabe recordarmos que, no período pós-independência do Brasil, sufocaram-se relevantes movimentos nativistas regionais, reprimindo violentamente a vontade de participação sociopolítica das populações periféricas do território nacional. Para citar apenas algumas, podemos destacar a Guerra dos Cabanos em Pernambuco (1832-1835), Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1840) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845).

Situando devidamente a voz do narrador, ela entoia as aspirações do povo amazônico, as quais atravessam a montagem do que se costumou chamar de *sentimento de nacionalidade*. Essa luta pela integração nacional, registrada já no início do conto, impõe um questionamento: a que nação pertencem(ciam) os povos amazônicos? Essa interrogação aponta para o fato de que, por muito tempo, a Amazônia esteve à margem do centro de decisões do Brasil-Colônia, do Brasil-Império..., mas não das pretensões capitalistas coloniais.

*Os filhos da Amazônia ainda sentem girar-lhes nas veias o sangue de Paiquecé e de Patroni. No fundo, todos temos ainda alguma coisa dos cabanos de 1835* (p. 74). Com essa passagem, ressalta-se que uma das sangrentas lutas relativas à (des)integração nacional refere-se à Cabanagem do Pará (1835-1840). Esse parágrafo da narrativa põe ainda mais combustível numa substância literária que já pretendia desestabilizar o fragilizado discurso histórico-político “oficial” sobre a participação do Norte na vida nacional.

O personagem histórico Felipe *Patroni*, por exemplo, fora uma propagandista da revolução liberal que ocorria pela Amazônia espanhola e por Caiena (na Guiana Francesa), tornando-se o impulsionador dessa ideias no Grão-Pará e lutando por sua independência (SOUZA, 1994; DI PAOLO, 1986, p. 84). Essa personalidade representa de algum modo o grupo de revolucionários amazônicos que acreditavam no fim da continuidade do sistema colonial, mesmo antes da independência do Brasil. Ao citar esse revolucionário, o narrador faz referência à intensa agitação popular em torno da mudança de rumos da realidade local.

A ação dos cabanos demonstra a falência do projeto colonial português nas províncias do Grão-Pará e Rio Negro, bem como de oposição ferrenha da população em face das elites locais, surgidas como produtos da colonização européia. Entre 1835 e 1840, mestiços e índios assassinam representantes do governo e portugueses, tomando o poder na capital do Grão-Pará. Os líderes da rebelião cabana se desentendem, em face do autoritarismo de algumas de suas lideranças. O marechal Manoel Jorge Rodrigues, emissários da Regência, com o apoio de navios de guerra ingleses e franceses, recupera o poder. Contudo, não consegue acabar com o constante estado de agitação popular dos rebeldes.

Sob a coordenação do jovem seringueiro cearense Eduardo Nogueira Angelim, o movimento dos lavradores, índios e negros, se fortalece e recupera a cidade de Belém. Eduardo Angelim é aclamado presidente. Depois dessa vitória, a Cabanagem se espalha pela Amazônia. Porém, a violenta insurreição cabana não estabeleceu um projeto político, modelo de sociedade, sequer lutou pelo fim da escravidão, nem mesmo se separou do Império Brasileiro. Foram necessários três anos de intensa repressão, violenta e sanguinária, por parte do regime do Rio de Janeiro, para abafar todos os focos da rebelião. Essa ofensiva resultou na morte de mais de 30 mil pessoas. Em 1839, a Regência anistiou os participantes da Cabanagem. (idem)

Os rebeldes cabanos se autodenominavam “patriotas”, o que não correspondia ao sentimento de nacionalidade de quem buscava a identidade brasileira, mas sim de quem procurava sua própria identidade, principalmente quando se encarava a identidade brasileira como decorrente do caráter colonialista português (RICCI, 2007).

A narrativa em análise redimensiona essa ocorrência histórica e a conecta à Questão Christie, propondo a dialética entre esses fatos e demonstrando que a estética literária pode ressignificar o conhecimento da realidade histórica.

*O governo imperial, receoso de uma luta armada com a Inglaterra, apelava para o patriotismo dos brasileiros (...) (p. 74).* Nesse conto, a chave hermenêutica não permite saltar essas contextualizações e interpretações históricas do narrador de Inglês de Sousa, sob o risco de a análise literária se tornar deficiente. É interessante observarmos como o narrador amplia as

dimensões do fato histórico, indicando o seu alastramento pelo País e o medo do governo imperial em relação a uma possível guerra contra os ingleses. Ante a iminência dessa guerra, os governantes de Óbidos conclamam o povo para a luta por meio de *subscrições populares para remediar a carência de recursos no tesouro público* (p. 74).

Como vimos, o povo amazônico tinha larga experiência em guerra. Não nos parece difícil interpretar que o governo queria mesmo se aproveitar de um povo forte, bravo, guerreiro e experiente na luta armada, ainda que fosse apenas doando os recursos. Esses donativos são como uma espécie de dívida paga pelos amazônicos. Para tornar produtivo o sistema das subscrições, a propaganda do governo buscava *incendiar os ânimos, lançando nos corações a centelha que gera os heroísmos* (p. 74).

Nesse ínterim, recorremos novamente ao interdito para assinalar uma visível contradição: na luta contra os ingleses, causa de interesse do governo imperial, legitima-se a participação do povo, com seu patriotismo, e distribui-se a possibilidade de alçá-lo à condição de *herói* nacional; porém, para fazer sua própria movimentação popular, rebelião, manifestação, como no caso dos Cabanos, o povo é rechaçado, violentado, expulso, torturado, dizimado, pela corte brasileira.

A propaganda governamental para reunir os recursos necessários à guerra contra os ingleses soa como um saque às comunidades carentes. Ao mesmo tempo, exemplifica o interesse dessas mesmas comunidades em se integrar ao eixo central das decisões sobre os problemas nacionais. Elas se aproveitam, então, da falsa propaganda para garantir, finalmente, seu *status* de heróis da pátria, daqueles que lutam em defesa da causa nacional. Um sonho que havia sido apagado com a repressão à revolução dos cabanos.

Esse ato de dar voz às classes oprimidas reflete uma das disposições da literatura naturalista, a que se filiou Inglês de Sousa. E, ao partir de dados históricos para construir sua narrativa, procura explicar o Brasil. Os demais contos do livro *Contos amazônicos* permitem verificar essa assertiva, tendo em vista que, além da Questão Christie e da Cabanagem, aborda a Independência, a Regência, a Guerra do Paraguai, o Segundo Império, o Abolicionismo.

Esses temas que perpassam a realidade amazônica não vêm embalados na mitificação e idealização da natureza regional. Revelam os sujeitos, as classes, os homens e as mulheres que viveram a história sob diferentes perspectivas. Esse narrador do escritor paraense atua artisticamente de maneira cartesiana, sem tantos sentimentalismos, condizente com o cientificismo e positivismo que permeavam o naturalismo, como se o homem fosse levado ao sabor das leis e dos mecanismos impostos pela História. O narrador não se concentra em grandes descrições naturalistas. Nem por isso deixa de mostrar uma realidade viva, pulsante.

Em *Contos Amazônicos*, os narradores de Inglês de Sousa também recorrem aos mitos, às lendas, às credices populares, típicos do local, como se esses fizessem parte de uma ciência popular, que também pode explicar com métodos próprios a vida da região. (PAIXÃO, 2005)

No conto em análise, ao associar dois momentos históricos aparentemente distantes, o narrador assinala o seu trabalho artístico de erigir uma nova história que revela um mundo *ficcional* diferente. Desde o início, esse *conto amazônico*, sem lendas, folclore, mitos, selva, rios, abre-se numa outra dimensão histórico-literária, a qual pretende dar conta do momento pós-independência da colônia portuguesa, especialmente do Grão-Pará.

Essa liberdade do narrador, entendida como trabalho não-estranhado, na acepção de Lukács (BASTOS, 2008), assume-se como ferramenta fundamental para proporcionar essa tensão histórica de algumas demandas nacionais à época: rusgas diplomáticas com a Inglaterra, dificuldades de integrar regiões distantes do centro do império brasileiro, problemas de ordem socioeconômica, necessidade de definir o sentido de nacionalidade, de patriotismo. Nesta análise, julgamos que essa liberdade artística assemelha-se à liberdade almejada pelos cabanos de 1835.

Avançando na leitura, temos os dados referentes a quem controlava o sistema das subscrições para contribuição com os armamentos de guerra. São dois representantes da elite local: o coronel Gama, chefe do partido conservador, e o juiz municipal. Num afã patriótico, esses personagens se revezam para recolher as assinaturas e os donativos das subscrições.

Para bem caracterizar a grande agitação provocada em Óbidos com a corrida pela defesa nacional, o narrador afirma que a notícia sobre a suposta guerra declarada correu rapidamente pelo lugar. *Os mais ignorantes tremiam de susto à ida de ver surgir no porto de cima um navio de guerra de S. M. Britânica, pejado de canhões negros e ameaçadores* (p. 75). Nessa citação, nos deparamos com algo sarcástico. Sim, sarcástico, que pretende escarnecer da ignorância alheia. É como se esse imbróglio provocasse o riso de quem possui a verdade, mas a esconde para tirar proveito de pobres ignorantes e marginalizados. O narrador lança mão desse recurso estilístico para reproduzir o sarcástico comportamento da elite local (e da corte) ante aqueles que são aproveitados por estes. O possível sorriso provocado no leitor encena, de alguma maneira, o sorriso dos aproveitadores, saqueadores, da boa-vontade do povo de Óbidos.

O parágrafo que sucede o sarcasmo apresenta o *medo*. O medo do personagem Eduardo Inglês – este inglês no nome e na origem – ante José do Monte, que havia prometido lhe retirar o cacau por demanda, admite algumas leituras: 1) sinaliza o medo dos ingleses em perder os bons negócios no Brasil; 2) indica a maciça presença de imigrantes estrangeiros na Amazônia; 3) estampa a vontade do nativo em ver a riqueza de sua natureza natal, simbolizada pelo cacau,

cair em mãos estranhas. É a escrita da história pela literatura que permite, pelo próprio processo intencional da *poiesis*, essa releitura da história que perpassou a Questão Christie e a Cabanagem.

Não é demais registrarmos que há outro acontecimento que sugere uma inter-relação entre esses dois momentos da História do Brasil. Em outubro de 1835, no início do governo dos rebeldes cabanos, um navio inglês foi saqueado na cidade de Salinas, litoral do Pará. O carregamento da embarcação era constituído de armamento, destinado a uma casa comercial da província. Durante o saque, os responsáveis pela ação mataram os tripulantes.

Diante dessa situação, o governo britânico entrou com uma representação junto ao governador Eduardo Angelim, a fim de cobrar providências. Além da prisão dos “delinqüentes”, solicitava que a bandeira britânica fosse hasteada acima da brasileira em todas as fortalezas da cidade. O líder cabano, presidente da província, não cedeu aos apelos britânicos, mas não entrou em embate diplomático contra eles. Garantiu que a indenização seria paga pela nação [o Brasil], já que “o Pará não está desmembrado da integridade do Império” – escreveu Eduardo Angelim.

Interessante destacar que, após a resolução do imbróglio, Angelim ofereceu um almoço aos oficiais, os quais lhe aconselharam a separação política do Pará, para se tornar nação livre e independente, com apoio e proteção estrangeira. Mas, Eduardo Angelim respondeu que “não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido!”. (REIS, 1965, p. 58)

Esse dado histórico torna-se valioso para a compreensão do texto literário em estudo. Ele enriquece a leitura e permite multiplicar os olhares sobre o conto, encarando-o como *mimese* de realidades históricas cuja relação exige do leitor e do crítico literário outra espécie de *mimese*, a qual Ricoeur definiu como *mimese III*. No caso de contos como *O donativo do capitão Silvestre*, essa atividade do leitor exige pesquisa histórica, para extrair o máximo de significação da narrativa.

Quanto mais se conhece a História, mais se pode alimentar a leitura do conto, uma vez que não é por acaso que o narrador cita o “patriotismo” cabano e sua disposição em colaborar com a pátria. Essa “Questão Christie Amazônica” de 1835 ecoava na história e resvalou na construção literária. Esse narrador amazônico, como um cientista, procura desenvolver, explícita ou implicitamente, sua tese a respeito da ligação entre fenômenos históricos distantes no tempo.

Com isso, verificamos que a intenção do narrador é sugerir que os antigos cabanos, ou seus descendentes diretos, tinham muita familiaridade com a Questão Christie, pela experiência



de haver saqueado um navio inglês, negociado com as autoridades daquele país e retomado relações diplomáticas e comerciais com eles. Por isso, mesmo que apenas literariamente, os caboclos ribeirinhos de Óbidos foram convocados para as subscrições. Dessa vez, no entanto, sofreram o revés da história, uma vez que foram enganados e saqueados pelo governo brasileiro.

De acordo com o narrador, o povo de Óbidos aumentava ligeiramente a lista de subscrições. Alguns dos donativos entregues pela população: ovos, galinhas, bananas, cacau seco, algodão, cuia pintada. Eram as economias dos humildes moradores para ajudar o coronel Gama na guerra contra os ingleses da rainha Vitória. Esses donativos dos populares são indícios da situação de penúria pela qual passavam. Embora a maioria das subscrições viesse dos populares, houve também donativos de negociantes da cidade. E estes superaram economicamente a daqueles, destacando a extrema desigualdade social. Segundo o narrador, durante 24 horas, Óbidos só se ocupou da Inglaterra, dos ingleses de Christie e das eventualidades da guerra.

*Santo patriotismo popular, quantos heroísmos humildes e obscuros tens produzido nas épocas decisivas da nossa história!* (p. 76) Esse patriotismo popular, como dedicação às causas do País, destoa da posição de imobilidade dos outros personagens da sociedade de Óbidos. O recém-chegado juiz de direito andava pela Câmara Municipal; o delegado de polícia, com *fitão verde e amarelo a tiracolo*, estava consciente de seu papel ilustre; o próprio vigário perorava nas esquinas e chupava um cigarro apagado. O maior entusiasmo patriótico vinha mesmo dos caboclos.

Na sequência, há um pedaço da narrativa dedicado aos sujeitos que narravam aos tapuios ou a uma roda de senhoras o que sabiam sobre os ingleses. Alguns deles destacavam que essa gente *estava tentando reduzir-nos à escravidão e ao opróbrio para livremente e sem peias comer-nos as bananas e as laranjas dos quintais, com cascas e tudo* (p. 77). Essa passagem reforça o lado colonial fortemente arraigado nas relações de dependência colônia-metrópole entre Brasil e Inglaterra. Ou seja, embora o senhor ministro Christie fosse contrário ao tráfico de escravos ao Brasil, pretendia nos submeter a uma escravidão econômica: a coerção do imperialismo britânico do século XIX, com a imposição de um modelo capitalista largamente desvantajoso para a “ex-colônia portuguesa”. Outra reclamação dos ingleses se referia aos prejuízos sofridos com a revoltas regionais, como a da Cabanagem no Pará (1835). O conto deixa entrever uma resposta a essa demanda inglesa, a qual só poderia vir dos populares, daqueles que, em outros tempos, apoiaram os cabanos.

É digno de nota a ironia com que Machado de Assis trata do Sr. Christie na crônica *Carta ao Sr. Christie* (1863), sobre a partida do ministro inglês para a Inglaterra. Nessa suposta carta, Machado relembra como Christie era satirizado pela imprensa da época. O falso tom melancólico, típico do humor machadiano, pode ser encontrado no seguinte trecho:

Como talvez ainda não tenha jantado, consentirá que eu manifeste as dolorosas impressões que me sugeriu a leitura de um artigo do Diário, onde se anuncia a retirada de V. Excia.. V. Excia. vai partir e nos deixar. Sabe quanto sinto? quanto sofro? ou, economicamente falando, quanto perco? Que assunto para a imaginação caprichosa do meu desenhista era V. Excia. E agora que ainda está de notas para cá e para lá, como mulher que brigou e quer falar por último, como isto não dava matéria para as minhas quatro páginas! (MACHADO DE ASSIS, 1863)

Segundo Machado, *as personagens como V. Excia ficam sempre na história*. A “alta consideração” do autor no tocante a Christie encerra profundas críticas sobre as relações entre Brasil e Inglaterra. Nesse texto, nosso mestre na periferia do capitalismo sugere muitas leituras sobre essa contenda diplomática. Mas, é interessante anotarmos como as impressões dos narradores de Machado e Inglês de Sousa se coadunam. Embora o narrador de Machado fale do centro do império brasileiro e o narrador de Inglês de Sousa escreva sob o ângulo de uma região marginal do Brasil, é possível verificarmos como se preocupam com o tema das relações de dependência econômica do Brasil para com a Inglaterra. Dentro do sistema literário brasileiro, não obstante sejam contemporâneos, esses escritores ocupam posições distintas, e não destoantes.

Voltando ao conto de Inglês de Sousa, notamos gracejos e pilhérias que encerram críticas mais profundas ao Brasil, assim como procede, com estilo próprio, Machado de Assis. Vemos personagens que ironizam os hábitos e costumes dos ingleses. Marcelino afirma que os ingleses falam atrapalhadamente para esconder segredos; José do Monte diz que Eduardo Inglês devora a comida como um boi; o professor Gonçalves lera num livro de um tal *Walter Scott* que homens da Escócia andavam com as pernas de fora; e o capitão Matias chama-os de *maricas*, por não valerem nada em combate; Antônio da Ribeira assevera que os ingleses não seriam capazes de chegar por lá, dizendo que eles penavam de medo das navalhas.

Na tarde daquele dia, num gesto de patriotismo eufórico e inverossímil, o número de subscrições já chegava a duzentos nomes. Tanto o coronel Gama quanto o juiz municipal estavam satisfeitos com o desenrolar do caso.

Eis que, na botica do Anselmo, alguém lembra que o capitão Silvestre, o homem mais rico da cidade, não estava nas listas. Em conversa com o juiz municipal, o entusiasmado Gama diz que Silvestre não se escusaria a contribuir com a defesa da honra nacional. O coronel lembra, então, que Silvestre é um homem patriota às direitas. Pergunta a todos se não se

lembram de como o capitão se comportou ante os rebeldes da cabanagem. O padre José conta que *Silvestre e os filhos carregaram à cabeça pedras para as fortificações. Correram que os rebeldes estavam a poucas léguas da cidade, e o terror era geral. [...] O capitão Silvestre fechou a loja, saiu para a rua, animou os timoratos e convenceu a todos que era melhor resistir do que abandonar a povoação a meia dúzia de tapuios tontos.* (p. 81)

Essa narração do padre José reflete o tempero da elite da época contrária à movimentação dos rebeldes cabanos. Como um simples comerciante, Silvestre lutava contra a rendição da cidade. Todavia, essa luta pode ter outro sentido, se lembrarmos as perdas que poderiam advir às elites se ocorresse a efetiva vitória dos cabanos e a derrocada do domínio colonial. Sua resistência era desejosa da continuidade de uma situação amplamente favorável a sua classe. Gama, o juiz municipal, Anselmo e o padre José gabavam a generosidade, a riqueza e o patriotismo de Silvestre.

No transcorrer do conto, o narrador vai se revelando. Seu ponto de vista, seu posicionamento social, suas intenções ideológicas, sua vontade de representar os populares iletrados, são marcas discursivas que vão se debatendo, construindo-se como as relações sociais descritas nesse trabalho narrativo. Não obstante se lembre dos cabanos, somente é capaz de representar os movimentos da elite, que lhe parecem mais próximos de sua realidade. E assim constrói seu papel de personagem da trama, de *testemunha ocular*.

E ficamos sabendo ainda mais sobre Silvestre, o herói da resistência contra a Cabanagem. *A sua incrível atividade, que contrastava com a indolência geral, a sua inteligência ilustrada pela leitura constante de bons livros fizeram-no um industrial progressista que sabia aproveitar os elementos postos à sua disposição pela soberba natureza do Amazonas* (p. 82). Primeiro, podemos verificar um “estranho” preconceito, típico da influência européia, de que o povo da terra amazônica não possui qualquer disposição para o trabalho, com sua *indolência geral*. Segundo Márcio Souza (1994, p. 125), essa indolência, chamada de *leseira* pelo povo da região, é um estilo de resistência. Trata-se de uma “ingenuidade enganosa”. O excerto revela ainda outra problemática. O discurso literário evidencia a condição do industrial progressista que pode se aproveitar de modo selvagem (ou silvestre) do Eldorado amazônico, uma vez que as riquezas da natureza estão postos à sua disposição.

O Gama e o juiz municipal firmam o acordo de irem juntos apresentar a lista de subscritos ao capitão Silvestre. Há ainda uma descrição pontual que aduz ao já exposto sobre o *industrial progressista*: era um homem de sessenta anos, nervoso e seco, fisionomia com ar severo. *Exprimiam-se bem, mas todas as suas palavras tinham um tom autoritário, proveniente*

*do hábito de mandar* (p. 83). Essa passagem esboça o coronelismo reinante em terras amazônicas. De acordo com Márcio Souza (1994), na primeira metade do século XIX, os “programas econômicos voltados para a agroindústria e a manufatura” criaram uma classe de proprietários e comerciantes. Silvestre representa a herança do poder colonial por tanto tempo vigente naquelas paragens.

*Nas suas grandes fazendas de cultura e de criação, uma ordem sua era obedecida sem réplica, não só pelos escravos e agregados...* (p. 83). Como o tempo da narrativa se passa por volta do ano 1863, a escravidão grassava no Brasil. Mas, na Amazônia, a escravidão não se assemelhava à do restante do país. Eram principalmente os indígenas destribalizados que se prestavam ao regime de servidão (LEONARDI, 1996). Muitos desses sofreram com ordens desumanas advindas do autoritarismo de figuras como a do capitão Silvestre.

Em sua aparência simples, anedótica em certos trechos, o conto transforma-se dada a sua carga histórica e sociopolítica: cabanagem, dependência do país, elites regionais, desigualdades sociais, escravidão, autoritarismo... O narrador parece desafiar o leitor. Ele espera de nós um posicionamento crítico e político, como quem pergunta: O que pensa sobre a história? Diante disso, precisamos nos interrogar se ele se refere à história do conto ou aos momentos históricos destacados.

Quando se encontraram com o capitão Silvestre, o juiz municipal e o coronel Gama tiveram que o colocar a par de toda a situação. Ele não sabia do que se tratava. Não suspeitava que o Brasil houvesse entrado em choque diplomático com os ingleses. Então, o bacharel começou a explicação: - *Os brios nacionais, Sr. Capitão, acabam de sofrer uma sangrenta afronta de um representante oficial da velha Albion.* (p. 84) Às explicações do juiz e de Gama, o capitão Silvestre perguntou pelo posicionamento do governo. O juiz explicou: - *Eis aí a questão, “that is the question”, como dizem os ingleses, ou “hoc opus hic labor est”, como diziam os romanos do outro tempo* (p. 84). Essa proximidade entre romanos e ingleses reforça a interpretação imperialista e hegemônica que perpassa as ações da Inglaterra nas relações com a antiga colônia portuguesa. Ademais, o “*hoc opus hic labor est*” - verso da epopeia *Eneida* do poeta romano Virgílio – significa que o trabalho e a dificuldade estavam justamente na ação do governo brasileiro.

O bacharel esclarece, ainda, que o governo não poderia continuar indiferente à afronta inglesa de ter aprisionado navios brasileiros na baía de Guanabara<sup>2</sup>. Explica que o *nosso país, como todos nós sabemos, não pode lutar de frente com as hostes da soberana dos mares* (p.

---

<sup>2</sup> Esta represália inglesa ocorreu em 1862. Segundo o ministro Christie, essa atitude britânica se fazia necessária, já que a nação brasileira não havia indenizado o governo britânico no episódio do navio mercante *Prince of Waller*. Esse procedimento de Christie tornou insustentável sua permanência no Rio de Janeiro (GARCIA, 2002).

85). E acrescenta que o governo brasileiro se limitou à via diplomática. Em face disso, o capitão Silvestre apenas diz: - *Satisfações pelo insulto recebido!* O juiz argumenta que o governo estava se preparando para uma possível guerra com ajuda do patriotismo brasileiro, já que o estado financeiro não era nada bom. Depois de ouvir isso, a exclamação de Silvestre demonstra seu descontentamento com o governo brasileiro. Nesse momento, o Gama diz que o resultado das subscrições excedia às expectativas, o que certamente mostraria a *sir William Christie que não se esbofeteia impunemente uma nação briosa* (p. 86).

O juiz municipal instiga o patriotismo de Silvestre: - *No alto da minha lista, ficou um lugar destinado a assinalar a generosidade e o patriotismo do capitão Silvestre, o mais abastado fazendeiro do município* (p. 87). É, então, que o capitão pede ao juiz que coloque seu nome e o donativo de cem bacamartes de ouro, para a surpresa dos interlocutores. Tal quantia havia superado toda a generosidade dos quinhentos mil-réis doados pelo coronel Gama, Figueiredo, Machado, Nunes, Vitorino. A expressão de Silvestre demonstrava uma *indignação concentrada*. E, para arrematar a história do conto, o capitão faz seu último donativo: - *E quinhentos cartuchos embalados para guerrear esse governo que barateia os brios da Nação* (p. 88).

O desfecho da narrativa enche de pólvora o discurso literário. Não é autoexplicativo. A fala de capitão Silvestre apresenta uma nova perspectiva sobre a Questão Christie, principalmente no que se refere à possível guerra entre Brasil e Inglaterra. Historicamente, sabemos que a guerra não aconteceu. Tudo se solucionou pela diplomacia, embora com certa dose de tensões. Mas, a fala do capitão denuncia a postura, geralmente submissa, adotada pelo Brasil ao longo de suas relações com potências como a Inglaterra.

*O governo que barateia os brios da Nação* pode ser lido como o governo que vende seu instinto de nacionalidade às relações mercantis, que pouco se importa com as condições da população de seu vasto território. E, na narrativa, o povo amazônico de Óbidos tenta gritar pela voz do narrador as dificuldades impostas por essa distância do centro do Brasil. Distância esta que reflete diferenças sociais, culturais, regionais, econômicas. Esse povo se sente desintegrado da nação.

A literatura de Inglês de Sousa dar a ver essas questões. Esse conto com ar de crônica de costumes do tempo imperial suscita inúmeros problemas. O narrador procura fazer literatura para reinterpretar a História, que pretende apagar as arestas da verdadeira realidade ainda não desvelada. Nesse estado dialético do problema entre Literatura e História, podemos retomar ou avançar em alguns assuntos comentados ao longo deste artigo, os quais discutimos com menor ou maior vagar.

Por vezes, a Literatura parece reconstruir um edifício histórico apagado, em ruínas ou debaixo de escombros. É certo que a leitura que empreendemos aqui foi possível, em partes, graças à consulta ao acervo histórico. Ao mesmo tempo, esse acervo histórico só foi movimentado graças à Literatura. Nesse nível, percebemos a retroalimentação existente entre essas duas áreas. Concordamos, então, com Paul Ricoeur (1994, p. 136), quando assevera que “a refiguração do tempo pela narrativa é a obra conjunta da narrativa histórica e da narrativa de ficção”.

Ainda assim, persiste a contradição entre essas ciências humanas, visto que o trabalho literário provoca novas leituras e escrituras da história, questionando a representatividade social tanto da Questão Christie quanto da Cabanagem, que surgiu a reboque em *O donativo do capitão Silvestre*. Provoca igualmente novas maneiras de sentir esses fenômenos históricos. A literatura acintosamente enfrenta o discurso histórico oficial. Interpreta-o e reinterpreta-o. Apresenta saídas ou soluções *ficícias* que podem ou não ter acontecido, mas que ajudam a entender o problema ou, no mínimo, complicam o problema, para mostrar a sua real complexidade.

O conto não se dá apenas como um relato passivo da Questão Christie, sob a perspectiva de alguém que se encontrava em Óbidos na ocasião. Reconstrói esteticamente esse momento. O narrador *testemunha ocular do fato* mostra que conta a história de uma maneira peculiar e com recursos alternativos ao do verdadeiro historiador. Por isso, seu trabalho revela que há *ficção* (na acepção de fingimento) por parte daquele que pretende pôr ordem em mundos ininteligíveis como a Cabanagem e a Questão Christie, pois jamais poderia realmente apreendê-los ou reconstruí-los em toda a sua extensão. Em suma, o narrador da Literatura e o da História mediam a realidade distintamente, vagando pelo contínuo formado pela *mimese* e *diegese*.

Nesse processo, é importante destacarmos que o movimento pendular no tempo, como visto em *O donativo do capitão Silvestre*, só é possível se houver certa liberdade no trabalho narrativo. A liberdade de que dispõe um historiador não é a mesma da de um *ficcionista*. É preciso que, por um instante, pensemos nas condicionantes histórico-sociais que ampliam ou diminuem essa liberdade. As gradações da liberdade, seja do narrador literário quanto do narrador histórico, apontam para diferentes formas de representar a realidade.

A Amazônia de *O donativo do capitão Silvestre* é uma terra muito menos verde e muito mais política. Ao reavivar os fatos narrados, o narrador infla de possibilidades o papel da Amazônia dentro do contexto socioeconômico, político e cultural da nação. O narrador fala da floresta como recurso econômico, do povo como mão de obra explorada política e

economicamente, das elites que se reproduzem de diferentes formas pelo país, da presença do colonizador, da força popular na dissolução de um sistema opressor, como tentaram os cabanos.

Na terra chamada de Eldorado, é fácil que qualquer história torne-se lenda. No livro *Contos Amazônicos*, Inglês de Sousa explora esse aspecto da cultura amazônica. Porém, muito pouco no conto que ora analisamos. Pretende colocar, mesmo que por vias literárias, a Amazônia e seu povo na rota das grandes decisões nacionais ou no centro do poder, tendo em vista o espaço que ocupa e as potencialidades que apresenta.

A Literatura e a História, a ficção e a verdade, vão passando por tudo isso. É uma grande teia de temas que se correlacionam. Vemos o sistema literário relacionando-se por meio de escritores com preocupações semelhantes, mas que expressam tais preocupações sob formas estéticas diferentes, como Machado e Inglês de Sousa.

Além disso, verificamos como a Literatura rompe com a realidade histórica para refazê-la, deslindando novas perspectivas e novos alcances para o olhar literário sobre a história do Brasil. O conto ecoa uma história que estava na iminência de ser apagada, mas que persiste e precisa ser contada.

Neste estudo, não passamos ilesos ao processo de *subscrições*. Ele refletiu de alguma maneira nossa discussão sobre a dialética entre Literatura e História. A preocupação do narrador em apresentar os números da lista de *subscrições* pode ser interpretada, talvez, como uma alerta para atenção que demos ao que estava escrito por baixo da camada visível do texto. Essa “sub-escritura” registra as (re)leituras possíveis dessa narrativa amazônica, bem como dos capítulos de história do Brasil representados por ela. Na verdade, essas *subscrições* podem ser encontradas em qualquer texto literário. São mimeses em estado latente e à espera do trabalho literário do leitor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Hermenegildo. *Literatura como trabalho e apropriação*: um esboço de hermenêutica. Remate de Males, v. 28, n.2, p. 13-28, 2008.

BENJAMIN, Walter *apud* CHIAPPINI, Ligia. Literatura e história: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. *Literatura e Sociedade* (USP), v. 5, p. 18-29, 2000.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Diegese em República 392d*. *Kriterion* [online]. 2007, vol. 48, n. 116, p. 351-366. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v48n116/a0548116.pdf>

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2. ed. Belém: CEJUP, 1986.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

GARCIA, Vargas Eugenio. “*I have no thought of returning to Rio...*”: revendo as notas do Sr. Christie sobre o Brasil. In: CADERNOS DO CHDD, Funag, ano 1, n. 1, 2002, p. 119-134. Disponível em: [http://chdd.funag.gov.br/cadernos/pdfs/cadernos\\_do\\_chdd\\_01.pdf](http://chdd.funag.gov.br/cadernos/pdfs/cadernos_do_chdd_01.pdf). Acesso em: 22 ago. 2010.

LEONARDI, Victor. *Trabalho escravo e trabalho indígena*. In:\_\_\_\_\_. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: UnB; Paralelo 15, 1996.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Carta ao Sr. Christie*, 8 de fevereiro de 1862. In:\_\_\_\_\_. *Crônicas do Dr. Semana*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/arquivos/html/cronica/macr02.htm>

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Introdução. In: SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os ingleses sugerem a secessão. In:\_\_\_\_\_. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Edinova, 1965.

RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, 2007, vol.11, n.22, p. 5-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2010.

RICOEUR, Paul. *O tempo e a narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOUZA. Márcio. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UnB, 2008.